



**GESTÃO DE BENS COMUNS
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**
BRAGANÇA - ZAMORA 29 JUNHO A 02 JULHO 2011

17.º CONGRESSO DA APDR
5.º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza
Congresso Internacional da APDR/ AECR

Evolução da Agricultura Portuguesa no Período 1989/2010. Análise de Indicadores Relevantes.

Deolinda Alberto ¹, José Pedro Fragoso Almeida ²

1 – Professor Adjunto, Escola Superior Agrária de Castelo Branco,
Apartado 119, 6000-909 Castelo Branco, Portugal.

2 – Professor Coordenador, Escola Superior Agrária de Castelo Branco,
Apartado 119, 6000-909 Castelo Branco, Portugal.

Resumo

A evolução da Agricultura Portuguesa está indissociavelmente relacionada com a Política Agrícola Comum e com as regras referentes à sua aplicação no espaço nacional. A partir de indicadores relevantes (indicadores de estrutura fundiária, demográficos e sociais, de produção e económicos) e com base nos dados oficiais publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, pretende-se analisar a evolução da agricultura portuguesa e o impacto que a PAC tem vindo a exercer nesta actividade económica. O estudo abrange o período 1989 - 2010, período este que é marcado por profundas alterações, quer ao nível dos pressupostos básicos da PAC quer dos seus instrumentos de aplicação prática. Os dados mostram uma evolução negativa na maioria dos indicadores seleccionados o que indicia que os instrumentos disponíveis para o apoio ao sector agrícola não são os que melhor se adaptam à realidade portuguesa; resulta, igualmente, evidente a situação de fragilidade em que se encontra a agricultura portuguesa e o seu não contributo para o desenvolvimento sustentado das zonas rurais.

Palavras - Chave: Agricultura, Indicadores, Política Agrícola Comum, Portugal.

1- INTRODUÇÃO

A adesão de Portugal à União Europeia, em 1986, marca o início da aplicação da Política Agrícola Comum (PAC) à agricultura nacional. Desde então a evolução da agricultura portuguesa está indissociavelmente relacionada com a evolução da PAC, nomeadamente nos seus pressupostos básicos e nos instrumentos de aplicação prática.

Neste trabalho pretende-se analisar a evolução da agricultura portuguesa, no período 1989 a 2010, a partir de alguns indicadores construídos a partir dos dados estatísticos oficiais publicados pelo Instituto Nacional de Estatística. Os indicadores escolhidos traduzem variáveis consideradas relevantes; assim, apresentar-se-ão dados respeitantes ao número de explorações agrícolas e respectiva estrutura fundiária, à caracterização do produtor agrícola e evolução da mão-de-obra na agricultura, à produção e grau de auto aprovisionamento e, finalmente, dados económicos respeitantes ao valor bruto da produção, consumo intermédio, valor acrescentado líquido e montante dos subsídios recebidos.

O período em análise (1989 – 2010) é marcado por profundas alterações ao nível dos pressupostos básicos da PAC; a partir da reforma de 1992, motivada por factores internos (excedentes de produção, preocupações ambientais e sobrecarga financeira) e externos (introdução dos produtos agrícolas nas regras do comércio internacional),



assiste-se a uma acentuada diminuição nas medidas de suporte aos preços de mercado com a consequente aproximação dos preços comunitários aos preços do mercado internacional e redução do protecção ao mercado europeu. A perda de rendimento derivada deste facto é compensada (parcialmente) pela introdução de ajudas directamente ligadas à produção. Simultaneamente, surge um pacote de medidas agro-ambientais que se destinavam a favorecer práticas culturais ambientalmente menos agressivas, a estimular a manutenção de ecossistemas tradicionais e a fomentar a biodiversidade.

Com a agenda 2000, ocorre o desligamento parcial das ajudas da produção, reforça-se a componente agro-ambiental e reconhece-se o carácter multifuncional da agricultura nomeadamente o seu papel na produção de bens públicos. A reforma intercalar de 2003 introduz o regime de pagamento único; pretende-se, por um lado, estimular a reconversão das explorações agrícolas de acordo com as necessidades do mercado e, por outro lado, simplificar os procedimentos administrativos inerentes aos processos de candidatura aos diversos tipos de ajuda. Esta reforma veio reforçar e diversificar as ajudas de âmbito agro-ambiental e agro - rural introduzidas a partir de 1992.

A nível orçamental a PAC representa, actualmente, 34% do orçamento comunitário o que contrasta com o valor médio do final da década de 90, que se cifrava em 70% do orçamento global da UE [1].

As perspectivas futuras para a PAC articulam-se em torno de três eixos fundamentais: competitividade dos sistemas de produção ligado à segurança do abastecimento alimentar e à soberania, gestão sustentável dos recursos naturais, mitigação e adaptação às alterações climáticas e equilíbrio territorial. A discussão sobre medidas concretas para a prossecução destes objectivos está em curso.

Estas alterações nos pressupostos e o modo como as autoridades nacionais entenderam aplicar e gerir as medidas e instrumentos inscritos na PAC constituem o pano de fundo sob o qual se desenvolveu a agricultura portuguesa nas duas últimas décadas.

2 – EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA PORTUGUESA

No período 1989 – 2009 o número de explorações agrícolas, em Portugal, registou um decréscimo contínuo com uma perda média de 12.500 explorações por ano (Figura 1). De acordo com os dados preliminares do Recenseamento Agrícola de 2009 [1] existiam, em 2009, 304.000 explorações agrícolas o que equivale a uma diminuição de 49%, no número de explorações agrícolas, relativamente a 1989. Se, atendermos apenas à última década (1999 – 2009), o decréscimo foi de 27% [2-3].

No que respeita à mão-de-obra agrícola (em UTA - 1 Unidade Trabalho Ano equivale a 240 dias de trabalho a 8 horas por dia) [4], verifica-se, igualmente, um decréscimo contínuo no período em análise. Em 1989 o volume de trabalho agrícola ascendia a 848.791 UTAs, enquanto que, em 2007, esse valor era de 339.876 UTAs o que corresponde a um decréscimo de aproximadamente 60%.

Em 1989 o número médio de UTAs por exploração era de 1,4; actualmente este indicador é de 1,2 valor que se mantém estável desde 2000 [2-3].

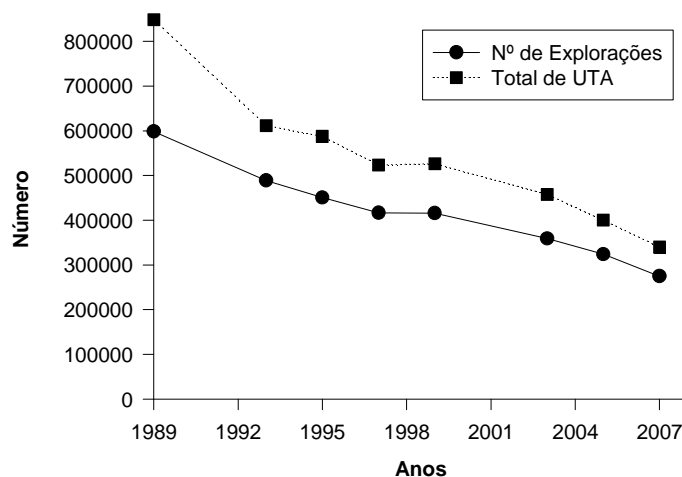


Figura 1: Evolução do número de explorações agrícolas e do número de unidades de trabalho - UTA [2-3]

A análise da figura 2 permite constatar o decréscimo que a Superfície Agrícola Útil (SAU) tem sofrido ao longo das duas últimas décadas. Considerando 1989 como o ano base (100%), a perda de SAU é de, aproximadamente, 18%.

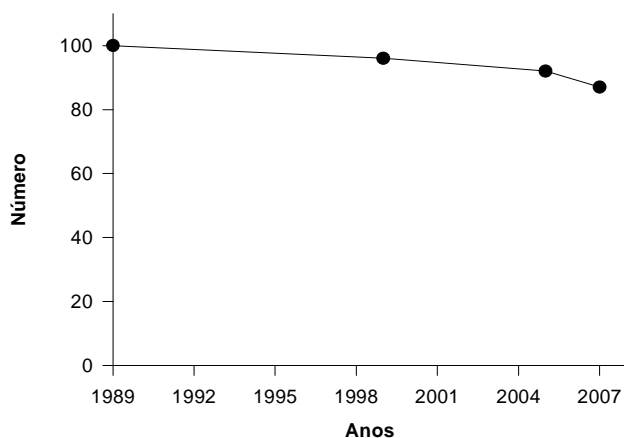


Figura 2: Variação relativa da superfície (SAU) utilizada - 1989=100 [5]



A tabela 1, mostra que a área média das explorações agrícolas, por região, tem vindo a aumentar. Este aumento é particularmente importante na região do Alentejo enquanto que nas outras regiões a concentração da propriedade assume uma menor importância, sendo que na Beira Litoral essa concentração é mínima. Os dados preliminares do Recenseamento Agrícola de 2009 [1] apontam para um aumento na área média das explorações agrícolas de 2,5 ha.

Tabela 1: Área média por exploração (ha) em cada região e média nacional [2-3-5]

Ano	Alentejo	Algarve	Beira interior	Beira litoral	Entre douro e minho	Ribatejo e oeste	Trás-os-montes	Portugal
1989	38,9	5,2	7,1	1,8	2,6	4,5	6,0	6,4
1999	53,3	5,4	8,6	2,1	3,2	7,2	6,5	8,9
2005	60,6	7,2	10,7	2,6	4,4	9,4	7,7	11,0
2007	66,1	8,4	11,6	2,9	4,8	10,5	8,4	12,2

A análise conjunta destes indicadores mostra um decréscimo acentuado no número de explorações agrícolas associado, por um lado, a uma diminuição mais que proporcional no volume de trabalho e, a uma perda de SAU. O aumento médio da área das explorações agrícolas restantes, por si só, não absorve as perdas de SAU e do número de explorações agrícolas pelo que, podemos inferir que existe abandono da área agrícola utilizada.

A idade média do produtor agrícola (Figura 3) é elevada - 63 anos em 2007; este envelhecimento é transversal a todas as regiões agrárias e tem-se vindo a acentuar ao longo do período em estudo: em 10 anos a idade média do produtor agrícola aumentou 4 anos [2]. Não sendo um problema exclusivo do sector agrícola nacional (este fenómeno repete-se na maioria dos Estados Membros da União Europeia), o envelhecimento não deixa de ser preocupante e reflecte a escassa eficiência das políticas de apoio à instalação de jovens agricultores que todos os quadros comunitários de apoio consideraram como relevantes.

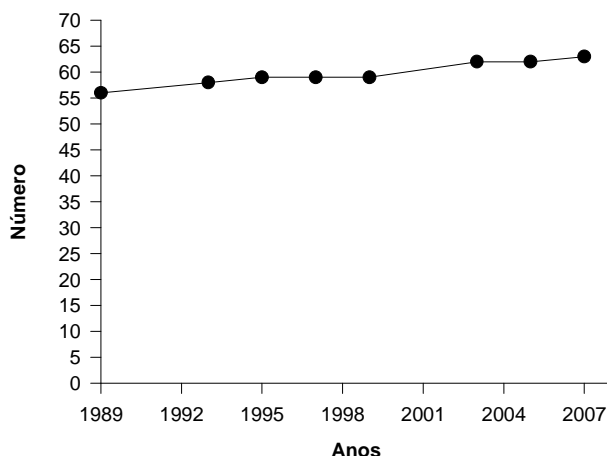


Figura 3 – Evolução da Idade média do produtor agrícola [2 – 3]

Na tabela seguinte mostra a evolução da produção de alguns produtos agrícolas, os mais representativos em termos de contribuição para o Produto Agrícola Bruto, no período 1989/2009.

Tabela 2: Evolução da produção (t) das principais actividades [6]

* Não inclui os Citrinos.

Anos	Cereais	Frutos frescos*	Citrinos	Vinha	Olival	Produção de carne	Total de leite
1989	1.831.518	509.723	200.669	1.059.509	330.795		
1990	1.425.942	527.201	215.822	1.534.152	197.686	638.319	1.831.535
1991	1.789.423	518.941	214.045	1.365.589	443.633	650.124	1.832.852
1992	1.387.311	559.305	221.438	1.066.497	157.125	657.370	1.822.983
1993	1.478.936	520.014	216.629	676.190	248.485	696.165	1.730.349
1994	1.630.319	498.356	242.638	899.661	232.210	701.138	1.783.371
1995	1.394.255	462.860	262.284	997.789	319.752	697.253	1.894.987
1996	1.607.467	502.153	229.536	1.319.862	284.118	724.872	1.927.814
1997	1.509.650	613.492	264.194	849.962	319.365	761.673	1.958.675
1998	1.398.328	268.557	324.742	517.165	234.194	806.591	1.992.969
1999	1.655.295	559.693	272.409	1.069.402	332.495	811.367	2.183.457
2000	1.608.154	479.502	313.504	913.640	174.711	802.693	2.203.374
2001	1.297.850	476.673	283.858	1.055.884	232.183	805.920	2.118.774
2002	1.496.722	548.212	349.092	914.231	223.217	823.788	2.234.462
2003	1.185.674	490.205	354.611	995.912	244.238	778.320	2.083.373
2004	1.363.029	575.895	326.496	1.023.338	312.124	796.694	2.142.151
2005	791.507	488.128	291.091	990.922	211.875	812.688	2.195.210
2006	1.189.677	546.230	307.664	1.030.864	373.396	808.374	2.113.020
2007	1.053.666	498.245	280.955	825.321	212.245	844.816	2.092.435
2008	1.309.684	543.058	255.627	772.050	345.825	886.659	2.141.877
2009	1.068.453	644.344	280.828	791.775	424.261	875.420	2.112.039



A evolução da produção regista algumas diferenças significativas entre os vários sectores de actividade: nos cereais ocorre um decréscimo acentuado (42%), enquanto que na vinha esse decréscimo é mais ligeiro e reflecte uma situação conjuntural. Nos outros sectores verifica-se um aumento na produção.

O problema é que o aumento na produção não é suficiente para acompanhar os acréscimos no consumo doméstico tal como demonstram os dados da tabela 3.

Tabela 3: Evolução do grau de auto aprovisionamento (%) das principais actividades [7]

Anos	Total frutos	Azeite	Vinho	Cereais	Hortícolas	Total de carnes	Leites e produtos lácteos
1988/89					127,9	91,7	101,1
1989/90	90,3	103		56,1	136,4	89,5	101,6
1990/91	90,4	111,4		42	154,1	90,2	103
1991/92	94,3	121,6		50	146,3	88,2	101,7
1992/93	89,2	64,1	101,4	38,5	114,4	89,3	99,1
1993/94	84,8	71,1	73,7	39	119,1	84,5	98,8
1994/95	80,5	68,5	105,3	40,8	142	82,5	98,5
1995/96	78,7	78,2	119,3	34	164,7	82,9	97,6
1996/97	81	73,2	150,6	36,1	163,4	84,5	100,8
1997/98	93	65,5	106,6	32,9	146,9	82,7	103,4
1998/99	66,7	61	70,8	28,7	139,3	77,4	103,3
1999/00	83,2	71,2	143	33,8	143,9	74,2	102,4
2000/01	75,3	41,7	118,4	33,1	146,2	75,2	94,8
2001/02	77,8	50,8	132,3	26,5	152,9	75,1	95,9
2002/03	80,9	45,3	99,7	30	153,3	72	96,1
2003/04	78,4	55,4	122,2	23,7	155,3	73,9	95,9
2004/05	82,9	63,2	130,4	26,8		75,3	97,4
2005/06	78,7	47,8	123,4	16,9		71,6	95,2
2006/07	85	62	133,1	24,9		72,6	93,6
2007/08	78,4	52,1	118,8	20,2		75,2	93,6
2008/09	84,9	77,8	113,7	25,3		74,2	93,6

Os dados relativos ao auto-aprovisionamento mostram, em termos gerais um agravamento da situação considerando o início do período em estudo (1989/90) e o final desse mesmo período (2008/2009). Por sector de actividade apenas o vinho e os hortícolas evoluíram favoravelmente e apresentam um valor de coeficiente superior a 100. Nos outros sectores houve uma evolução negativa com particular (mas esperado) destaque no sector dos cereais cujo grau de auto-aprovisionamento passa de 56,1% em 1989/90 para 25,3% em 2008/2009. No sector do leite e produtos lácteos verifica-se que a auto-suficiência foi alcançada entre 1996 e 2000 mas, a partir desta data a produção passa a ser inferior ao consumo. De referir que neste caso a produção se encontra condicionada ao sistema de quotas leiteiras.



A análise destes dados permite inferir que a dependência do país face ao exterior aumentou o que significa maiores necessidades de importação de produtos alimentares enquanto que a capacidade exportadora se circunscreve aos sectores tradicionais do vinho e dos hortícolas.

Na figura 4, são apresentados os valores da produção agrícola, do consumo intermédio, do valor acrescentado líquido e dos subsídios, para o período 1989-2010, tomando o ano 2000 como ano base.

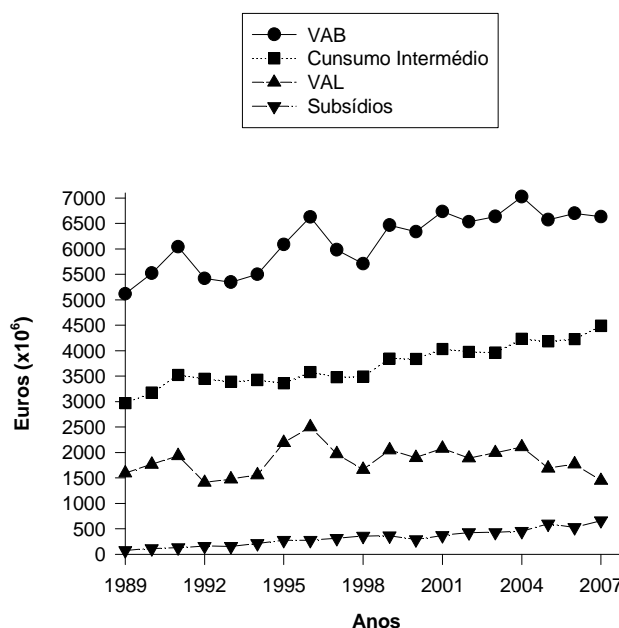


Figura 4: Evolução do valor da produção agrícola (VAB), do consumo intermédio, do valor acrescentado líquido (VAL) e dos subsídios [8-9-10].

O valor da produção do ramo agrícola apresenta um carácter irregular mas é possível delinear uma tendência crescente ao longo do período em análise: em termos médios o valor da produção cresce 30%. O valor da produção por unidade de trabalho regista um acréscimo significativo resultante, por um lado, do acréscimo no valor da produção e, por outro lado, da perda de 60% do volume de mão-de-obra no sector.

De 1989 a 2009 o consumo intermédio regista um acréscimo de 51%; este ritmo de crescimento acentua-se a partir de 2004 e está relacionado com os aumentos de preço do petróleo e de outras matérias primas nos mercados internacionais.

Em consequência o valor acrescentado líquido (VAL) que experimentou uma relativa estabilidade no período 1999 - 2004, experimenta desde então um decréscimo contínuo. Refira-se que o ano de 2004 marca o início da implementação das alterações introduzidas pela reforma da PAC de 2003.

O decréscimo no VAL explica o facto da percentagem de produtores agrícolas que vive exclusivamente do rendimento das suas explorações baixar de 11%, em 1989, para 6% em 2007; este decréscimo de quase 50% em 20 anos revela a incapacidade



do sector agrícola em gerar rendimentos que proporcionem um nível de vida aceitável à população agrícola.

O valor dos subsídios ascendia, em 2007, a 662,21 milhões de euros; em 2008, este valor foi de 785,98 euros o que corresponde a um aumento de 18%.

Desde 1989 que o valor dos subsídios regista uma tendência crescente que se acentua a partir de 2004 com a entrada em vigor da reforma de 2003.

Saliente-se que em todo o período 1989-2010 o valor dos subsídios é claramente inferior ao valor da produção, representando, em média, 10% do valor da produção do ramo agrícola.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados estatísticos referentes ao período 1989/2010 mostra que o número de explorações agrícolas baixou em 49%, saíram do sector agrícola 60% das UTAs, o produtor agrícola envelheceu 3 anos e a SAU diminuiu em 18%. Apesar destes factos o valor da produção aumentou em 30% o que reflecte um forte aumento na produtividade, uma vez que os preços médios dos produtos agrícolas (no produtor) mantêm-se a valores próximos dos registados em 1990 e o valor do consumo intermédio aumentou em 51%.

O decréscimo no VAL deve-se, fundamentalmente, ao acréscimo nos consumos intermédios cujos preços dependem do mercado internacional.

A produção nacional é claramente insuficiente para fazer face à evolução do consumo interno e como tal a balança comercial tem-se vindo a agravar.

A perda de rendimento também se reflecte ao nível da fixação de populações nas zonas rurais; a análise comparativa dos dados dos recenseamentos gerais da população de 1991 e 2001 (dados não apresentados no texto), mostram uma significativa perda de população nas áreas rurais e a consequente migração desta população para as zonas não rurais. Isto significa que a PAC tem sido ineficiente do ponto de vista da fixação populacional. O objectivo da coesão territorial não foi conseguido e o desenvolvimento sustentável das zonas rurais enfrenta um forte estrangulamento demográfico.

4 – BIBLIOGRAFIA

1. European Commission, CAP Health Check, EU Official Publishing, Brussels, (2008).
2. Instituto Nacional de Estatística, *Recenseamento Agrícola 2009. Dados Preliminares*, INE, Lisboa, (2010).
3. Instituto Nacional de Estatística, *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas*, INE, Lisboa, (2007).
4. Instituto Nacional de Estatística, *Conceitos*, <http://metaweb.ine.pt/sim/CONCEITOS/> (consultado a 04/05/2011).
5. Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais*, INE, Lisboa, (2007).
- 6 - Instituto Nacional de Estatística, *Área, Produção e Produtividade das Principais Culturas*, www.ine.pt/xportal/xmain, (consultado a 04/05/2011).
7. Instituto Nacional de Estatística, *Balanços de Auto-aprovisionamento de Produtos Vegetais*, INE, Lisboa (2009).
8. Instituto Nacional de Estatística, *Contas Económicas da Agricultura 1980-2009*, INE, Lisboa, (2010).

9. Instituto Nacional de Estatística, *Contas Económicas da Agricultura 2008*, INE, Lisboa (2009).
10. Instituto Nacional de Estatística, *Contas Económicas da Agricultura 2007*, INE, Lisboa, (2008).